ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2025 às 16h22min., iniciou a reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO, ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA, ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL, CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS, RACHEL MARTINS BARRAL E CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS.** A presidente inicia a reunião. A pauta foi: **Leitura da ata do dia 09/06/2025:** Aprovada. Deliberação de Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJA) Reformulação: Usando como base a deliberação em vigor o que mudará em sua atualização: Trocar todas as siglas EJAI por EJA, Trocar todas as siglas SMEEL por SME Artigo 4º Parágrafo Único: Suprimir: conforme disposto no Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba, orientações da Secretaria Municipal de Educação Esportes e Lazer – SMEEL e o artigo 24 da LDB, Artigo 13: Não se aplica, fazer estudo se as modalidades citadas na Resolução CNE/CEB nº01/21, revogada, podem ser utilizadas.Não tendo mais nada a tratar a presidente deu por encerrada a reunião às 17h02min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL	
ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
CRISTIANE DOS S. PEREIRA DE FREITAS	
RACHEL MARTINS BARRAL	

ATA

Aos vinte e quatro dias do mês junho de 2025 às 13h 25 min. iniciou-se a reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO,CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS,LICILA DANTAS SALES DA FONSECA,RACHEL MARTINS BARRAL, CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS,ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA, MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, JULIANA FERRE SULIANO, ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL e VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO, ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA E LAÍS CAMARA DA ROCHA.** A presidente inicia a reunião extraordinária em atenção a solicitação da SME (Secretaria Municipal de Educação), realizada através do Ofício nº1120/25/SME, com objetivo de promover a discussão da Política Municipal de Educação em Tempo Integral em face de elaboração e consolidação, a presidente passa a palavra a Professora Maria das Graças Martins, Coordenadora de Educação Integral/SME para apresentação da Minuta. A convidada agradece ao colegiado pela presteza em atender a solicitação da reunião, e inicia uma breve introdução do Programa ETI (Educação em tempo Integral) o programa busca garantir a qualidade, equidade e atenção à vulnerabilidade social nesse processo, além de promover a ampliação da jornada escolar como forma de melhorar a aprendizagem, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, destaca como primordial a formação dos profissionais, além da estrutura das escolas em suas oficinas prioriza música, dança e esporte. A professora solicita a conselheira Mabiane que faça a leitura do documento, Política de Educação em Tempo Integral/Mangaratiba. DIAGNÓSTICO DA REDE DE ENSINO Mangaratiba conta com 42 unidades escolares, entre Centros Municipais de Educação Infantil, escolas de Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, agrupadas na área urbana e área rural. Dentre essas unidades, 12 oferecem atendimento em tempo integral com carga horária de 40 horas semanais para a etapa creche da Educação Infantil, e outras 11 funcionam com jornada de 35 horas semanais, atendendo diferentes etapas da Educação. Em meio a esse universo educativo, a rede atende à Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação do Campo. De acordo com o PME, a Educação do Campo do município de Mangaratiba contempla 11 Unidades Escolares, sendo duas Unidades Escolares localizadas no Primeiro Distrito –

Mangaratiba, contemplando os espaços de florestas, agricultura e pecuária; uma Unidade Escolar localizada no Segundo Distrito – Conceição de Jacareí, contemplando os espaços de floresta, pesqueira e caiçara; quatro Unidades Escolares localizadas no Terceiro Distrito – Itacuruçá, contemplando áreas quilombola, pesqueira e caiçara; duas Unidades Escolares localizadas no Quinto Distrito – Serra do Piloto, contemplando os espaços de florestas, agricultura e pecuária; duas Unidades Escolares localizadas no Sexto Distrito – Praia Grande, contemplando os espaços de floresta, pesqueira e caiçara. Dessas, somente uma ainda atende em horário parcial. Logo, o atendimento em horário Integral para a Educação do Campo contempla 91% dessas unidades escolares. Em todas as unidades de ensino que atendem em tempo integral de Mangaratiba, há estudantes com deficiência, entendendo-se que a matrícula e a permanência desses estudantes devem ser garantidas, assim como o direito de acesso a tratamentos médicos ou terapêuticos. Em relação à Meta 6 do PNE (PME), em 2023 Mangaratiba teve um alcance de 55% no total das escolas da rede, com 23 unidades escolares atendendo em tempo integral, porém, ainda é considerado um desafio para o município, a garantia de pelo menos 25% em matrículas da educação básica. De acordo com o censo de 2023, 10 atingiu 21% das matrículas em tempo integral, mas ainda não há um equilíbrio de permanência das matrículas no percurso da educação básica. MATRÍCULAS ENSINO REGULAR EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL CRECHE PRÉ-ESCOLA ANOS INICIAIS ANOS FINAIS TOTAL Percentual de atendimento ETI 2022 DA REDE 993 1 020 2 845 2 188 7 046 ETI 890 (89%) 174 (17%) 375 (13%) -(0%) 1.439 21% 2023 DA REDE 1 059 1 043 2 838 2 156 7 073 ETI 945 (89%) 187 (20%) 351 (14%) (0%) 1 483 21% *Fonte: Censo Escolar, 2022, 2023, 2024. *Para saber mais: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar - acesso em 30 de mai.2025 A estratégia 6.4 do PME prevê atendimento em horário integral a partir da demanda criada ou adquirida, em todos os distritos do município. Segue relação das escolas públicas que ofertam educação em tempo integral com o total de alunos atendidos em 2023, por distrito: Unidade de Ensino do 1° distrito - Mangaratiba Quantitativo de alunos CRECHE - EI PRÉ-ESCOLA - EI ANOS INICIAIS EF ANOS FINAIS EF Total CEIM Davi de Oliveira Brojo 30 - - - 30 CEIM Norma Pinheiro Cardoso 100 - - - 100 CEIM Professora Cybele Réa Jannuzzi Ruzzi 51 - - - 51 CEIM Professora Laura Jacobina Lacombe 42 - - - 42 CEIM Prof Márcia Laurentino F Moreira 18 - - - 18 CEIM Professora Sára Câmara da Rocha 116 - - - 116 CEIM Santa Justina 30 - - - 30 E M Antônio Conceição da Costa 27 41 - - 68 E.M. Oliveira Bello 01 07 28 - 36 E.M. Professora Maria Rosa Magalhães 29 37 104 - 170 E.M. Raul Werneck de Castro - - 106 - 106 Tota ETIl 444 65 238 - 747 11 Unidade de Ensino do 2° distrito - Itacuruçá Quantitativo de alunos CRECHE EI PRÉ-ESCOL A EI ANOS INICIAIS EF ANOS FINAIS EF Total CEIM Aarão de Moura Brito Filho 75 - - - 75 CEIM Daise Maria Pires dos Santos 33 - - - 33 E.M. Agostinho da Silveira Mattos 02 07 10 - 19 E.M.

Águas Lindas 03 03 08 - 14 E.M. Levy Miranda 01 07 15 - 23 Tota ETIl 114 17 33 - 164 Unidade de Ensino do 3° Conceição de Jacareí Quantitativo de alunos CRECHE - EI PRÉ-ESCOLA - EI ANOS INICIAIS - EF ANOS FINAIS -EF Total CEIM Professora Denise Mendes L. de Souza 168 - - - 168 E.M. Adalberto Pereira Pinto 0 13 52 - 65 Tota ETIl 168 13 52 - 233 Unidade de Ensino do 4° distrito - Muriqui Quantitativo de alunos CRECHE - EI PRÉ-ESCOLA - EI ANOS INICIAIS - EF ANOS FINAIS -EF Total CEIM Frei Affonso Jorge Braga 131 - - - 131 CEIM Merereira Devany Macedo da Silva 26 - - - 26 Tota ETIl 157 - - - 157 Unidade de Ensino do 5° distrito - Praia Grande Quantitativo de alunos CRECHE - EI PRÉ-ESCOL A - EI ANOS INICIAIS - EF ANOS FINAIS -EF Total E.M. Jurandir dos Santos Fernandes 16 15 23 - E.M. Sebastião José Fernandes 10 17 39 - Tota ETIl 26 32 62 - 12 Unidade de Ensino do 6° distrito - Serra do Piloto Quantitativo de alunos CRECHE - EI PRÉ-ESCOLA - EI ANOS INICIAIS - EF ANOS FINAIS -EF Total E.M. Cordélia Josephina de Magalhães Pah 26 35 - - 61 Tota ETIl 26 35 - - 61 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E OPERACIONAIS A transição do tempo parcial para o tempo integral requer planejamento a longo prazo, que possibilite adequação, acompanhamento, revisão das estratégias e ações de correção para efetivação desta transição, sem incorrer em retrocessos ou mesmo paralisação de oferta do tempo integral. Para atingir a meta de 25% das matrículas da rede de ensino em Tempo Integral, é necessário mais do que fomentar novas adesões: exige-se um conjunto articulado de ações estruturantes. Entre elas, destacam-se a ampliação, manutenção da infraestrutura escolar, assegurando espaços adequados ao desenvolvimento das atividades da jornada ampliada e até novas construções. Será também fundamental qualificar o processo pedagógico, com a elaboração de diretrizes claras e propostas de trabalho alinhadas à concepção de Educação Integral, incluindo a oferta de oficinas diversificadas e a articulação de parcerias intersetoriais e com a sociedade civil. Adicionalmente, torna-se imprescindível reorganizar o tempo e a atuação dos profissionais da educação, garantindo formação continuada específica e condições adequadas de trabalho. Por fim, a efetividade dessa política dependerá da implementação de um sistema de avaliação contínuo e participativo, capaz de monitorar o impacto das ações na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ETI E Distribuição de matrículas Os processos que subsidiaram a construção do Plano de Ação que será apresentado a seguir, visando à consolidação de uma Política Municipal de Educação Integral efetiva e contextualizada tiveram base nas diretrizes do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), avaliação das estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME) e a aplicação de um diagnóstico da rede. Após um estudo de viabilidade em condições financeiras da Secretaria de Educação, levantamento de dados educacionais, dados profissionais, análise das escolas com potencial para ampliação do tempo integral, avaliação territorial e predial, chegou-se a conclusão que a próxima escola a ofertar a Educação Integral Em Tempo

Integral neste município será a Escola Municipal Antônio Cordeiro Portugal, que se enquadra por se 13 encontrar localizada em um bairro distante do centro, ser escola do campo, com quantidade desejável de estudantes matriculados, com espaço predial adequado para iniciar o projeto, além de contemplar famílias com baixo grau de escolaridade, e melhor desenvolvimento da aprendizagem integral dos estudantes atendidos na escola. As demais escolas da rede municipal de ensino ofertarão, dentro de suas possibilidades, a ampliação de jornada escolar em contraturno, a ser organizado no decorrer dos próximos anos letivos. Planejamento de metas progressivas, anual para atingir 25% dos alunos da rede: META: atingir 25% dos alunos da rede, por etapa, com expansão progressiva permitindo que a oferta se dê com equidade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, escolas do campo e territórios com menor acesso a oportunidades educativas e culturais. ETAPA ATENDIDA 2023 2024 2025 2026 2027 2028 À partir de 2029 CRECHE EI 89% continuar progredindo PRÉ-ESCOLA EI 20% 21% 22% 23% 24% 25% continuar progredindo ANOS INICIAIS EF 14% 15% 16% 17% 18% 19% continuar progredindo ANOS FINAIS EF 0% 2% 5% 7% 9% 12% continuar progredindo TOTAL ETI DA REDE 21% 22% 23% 24% 25% continuar progredindo Ações do município para ampliação das matrículas a partir do programa ETI: 2023/2024 Busca ativa para aumento de matrículas nas escolas que já atendiam em Tempo Integral por movimentação de atendimento em 100% dos alunos com residências próximas às escolas. Estabelecimento de parcerias com creches conveniadas 2025 Implementação do atendimento a alunos dos Anos Finais Inclusão de mais uma escola ao grupo de escolas com atendimento em tempo integral em turno único, com turmas do Ensino Fundamental- anos iniciais e anos finais 14 2026 Atendimento com transporte escolar, de acordo com as disponibilidades de vagas, para alunos de vulnerabilidade social, com matrícula em escolas de atendimento em tempo parcial, garantindo matrícula em escolas em tempo integral que tenham disponibilidade de vaga, obedecendo a ordem de inscrição no sistema. Implementação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) de tempo integral em escola(s) que atende(m) em horário parcial no distrito de Mangaratiba 2027 Ampliação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) de tempo integral em escola(s) que atende(m) em horário parcial no distrito de Mangaratiba. 2028 2029 Implementação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) em tempo Integral em escolas dos distritos de Muriqui, Itacuruçá e Conceição de Jacareí. Com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e reformulação do Plano Municipal de Educação (PME), a política educacional do município passará por reelaboração, incorporando as novas diretrizes nacionais e reavaliando as metas locais de atendimento em tempo integral. O objetivo é garantir continuidade às ações já implementadas, promover ajustes conforme os novos parâmetros estabelecidos pelo PNE e assegurar a ampliação do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes em uma jornada ampliada, em

consonância com os princípios da equidade e qualidade da educação pública. Organizações da oferta da educação em tempo integral A oferta da Educação Integral em Tempo Integral no município de Mangaratiba será implementada a partir de duas formas organizativas: 1. Escolas com Educação Integral em Tempo Integral em turno único, nas quais todos os estudantes permanecem na unidade escolar por uma jornada igual ou superior a 7 horas diárias, vivenciando propostas pedagógicas integradas à concepção de desenvolvimento integral. 2. Escolas com atendimento misto, que mantêm turmas em tempo parcial (turno regular) e, simultaneamente, turmas com jornada ampliada de 7 horas diárias, organizadas para o atendimento em tempo integral, conforme os princípios da política. Escolas com Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único O município já atende em tempo integral de turno único em 24 unidades de ensino nas quais a alocação e distribuição das matrículas pactuadas no ano de 2023, por meio da adesão ao Programa Escola em Tempo Integral, foram distribuídas entre a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. 15 Duas destas escolas que já atendem em tempo integral para a Educação Infantil e Anos Iniciais passarão, em 2025, a atender também aos anos finais: Escola Municipal Agostinho da Silveira Mattos e Escola Municipal Levy Miranda. A próxima escola que fará parte desse processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino será a Escola Municipal Antônio Cordeiro Portugal que passará a ofertar a Educação em Tempo Integral em Turno Único no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais – a partir do ano letivo de 2025. A ação será com a totalidade de alunos, podendo ser flexível, a depender dos investimentos públicos na adequação do espaço escolar, disponibilidade de recursos materiais, pedagógicos e de serviço. Escolas com atendimento misto, que mantêm turmas em tempo parcial (turno regular) e, simultaneamente, turmas com jornada ampliada de 7 horas diárias A implementação de turmas em horário integral em algumas escolas que atualmente funcionam em dois turnos será realizada, partir de 2026, de forma progressiva, iniciando-se com uma turma de um ano de escolaridade e, nos anos subsequentes, ampliando-se com a inclusão gradual de uma turma adicional por ano de escolaridade, conforme a capacidade de infraestrutura de cada unidade escolar. As atividades desenvolvidas deverão ser obrigatoriamente nas áreas de Acompanhamento Pedagógico de Matemática, Língua Portuguesa e assuntos relacionados ao Território e de livre escolha entre as demais oficinas: Artesanato, música, dança, teatro e/ou esportes. A matrícula dos alunos nas turmas em tempo integral seguirá critérios definidos no Projeto Político Pedagógico da escola, sob orientação do setor responsável da SME, os quais são: - Dificuldades de aprendizagem: para este critério, a avaliação de saída do ano que antecede o de implementação das turmas, servirá de instrumento indicativo para a organização das turmas; para definir as matrículas em tempo integral a equipe pedagógica escolar confirmará os casos de dificuldades da aprendizagem, através da avaliação diagnóstica. - Casos de vulnerabilidade socioeconômica. - Alunos de Educação do campo.

Infraestrutura para Educação em Tempo Integral A garantia dos prédios escolares com espaço adequado e de qualidade é de suma importância para o desenvolvimento da educação integral em tempo integral. Essa infraestrutura deve ser pensada e desenvolvida com a participação da comunidade escolar, considerando as especificidades culturais e ambientais de cada território. 16 estrutura física atual Pesquisa via formulário do google É fundamental compreender a infraestrutura para além do edifício escolar, abrangendo todo o Território Educativo - a escola e seu entorno. Nessa perspectiva, mais do que reformas, ampliações e construções de escolas, é necessário assegurar a requalificação dos espaços públicos onde a escola está inserida, por meio da articulação intersetorial com outras secretarias e políticas públicas. As unidades escolares apresentam demandas significativas relacionadas a reparos, manutenção, ampliação e adequações estruturais, fatores que impactam diretamente na qualidade do atendimento às crianças e nas condições de trabalho dos profissionais da educação. Das escolas que ofertam Educação em Tempo Integral (ETI), 37% sinalizaram como prioritária a necessidade de um espaço específico para o desenvolvimento de oficinas. Além disso, foram apontadas outras demandas, organizadas a seguir em ordem decrescente de frequência de menções: - Manutenção e/ou reforma de telhados; - Troca ou reforma da rede elétrica e melhorias na climatização; - Serviços de pintura; - Criação de ambientes específicos para atividades administrativas e/ou pedagógicas; - Cobertura de pátios ou áreas externas, garantindo a realização de atividades em dias de chuva ou calor intenso; - Instalação ou reparo de calhas; - Adequações de acessibilidade, como a construção de rampas; - Troca ou conserto de portas e janelas danificadas; - Ampliação de espaços como salas de aula, cozinha e refeitório; - Criação de salas de leitura; - Garantia de abastecimento adequado de água; - Revitalização ou aquisição de brinquedos e estruturas para playground; - Construção de muros ou instalação de grades de proteção; - Conserto ou substituição do portão de entrada. Essas necessidades evidenciam a urgência de investimentos contínuos na infraestrutura escolar, como parte fundamental para segurança, funcionalidade e promoção de um ambiente acolhedor e adequado ao desenvolvimento das crianças e ao trabalho da equipe escolar. 17 MATRIZES CURRICULARES E PROPOSTA PEDAGÓGICA DIVERSIFICADA Atualmente, o planejamento das Oficinas Pedagógicas é elaborado pelas unidades escolares, em conformidade com a Portaria nº 02, de 12 de janeiro de 2023, que estabelece diretrizes para a implantação das Matrizes Curriculares da Educação Básica na rede pública municipal, conforme disposto no Capítulo IV. A definição das oficinas deve levar em consideração a infraestrutura disponível nas escolas, a disponibilidade de profissionais qualificados, bem como as necessidades e interesses da comunidade escolar. Nesse processo, cabe à Secretaria Municipal de Educação indicar os Macrocampos que orientam o trabalho pedagógico das oficinas, sendo eles: Cidadania e Civismo; Meio Ambiente e Saúde; Multiculturalismo; Esporte e Lazer; e Ciência e Tecnologia. Com base nos

macrocampos, cada escola, por meio de sua equipe gestora e pedagógica, possui autonomia para escolher as oficinas a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo, conforme previsto na Matriz Curricular das Oficinas. Essa escolha deve ser realizada em reunião com a comunidade escolar e o Conselho Escolar, assegurando a escuta ativa dos estudantes e famílias. As decisões precisam ser registradas em ata, em consonância com os princípios da gestão democrática. O planejamento das oficinas deve estar articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, garantindo coerência e intencionalidade nas ações educativas. Além das oficinas regulares, as unidades escolares também podem desenvolver projetos transdisciplinares, integrando diferentes áreas do conhecimento e saberes do território, promovendo, assim, uma formação mais ampla, contextualizada e significativa. A Educação Integral, nesse contexto, vai além da simples ampliação da jornada escolar. Trata-se de uma concepção pedagógica e política que orienta todo o sistema educacional, exigindo propostas contextualizadas, democráticas e participativas, em diálogo com os territórios e suas especificidades. Pensar a integralidade implica reconhecer a complexidade dos sujeitos e dos processos de formação humana, valorizando os diferentes modos de ser escola - especialmente no contexto das populações do campo presentes em nossa rede, como comunidades quilombolas, caiçaras, agricultores familiares e outros povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, ao ampliar a jornada escolar municipal, é fundamental assegurar o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, artísticas, tecnológicas, esportivas, psicomotoras e de lazer, que promovam a preservação ambiental, o cuidado com a saúde, a valorização dos direitos humanos, o acompanhamento pedagógico e o aprimoramento da aprendizagem, reorganizando o tempo e os espaços escolares de forma significativa para todos. Por fim, a garantia do direito à educação inclusiva deve estar articulada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), de maneira transversal, integrada ao currículo e às práticas pedagógicas, e não restrita à sala de recursos, assegurando o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. CONSOLIDAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL Adequação curricular à realidade local Com a expansão da Educação em Tempo Integral, torna-se essencial alinhar o currículo às realidades socioculturais e territoriais das comunidades escolares. A Secretaria Municipal de Educação (SME), em 18 articulação com as unidades escolares e parceiros locais, coordenará ações, com implementação em 2023, com revisão trienal para atualização e aprimoramento contínuo: - Revisão e adequação da matriz curricular, com foco em atividades diversificadas, interdisciplinares e contextualizadas com um repertório de oficinas pedagógicas e projetos integradores organizados por áreas temáticas (arte, cultura, meio ambiente, tecnologia, direitos humanos, entre outros) Elaboração de documento orientador Para criar uma base conceitual e metodológica para a implementação das oficinas e projetos interdisciplinares a SME deverá produzir documento orientador contendo princípios, objetivos, eixos formativos e metodologias aplicáveis e incluir parâmetros para a

construção de projetos, oficinas e planos de ação contextualizados com os territórios. O documento deverá ser construído de forma colaborativa, com participação de educadores, gestores, comunidade e especialistas. Reestruturação da proposta pedagógica A proposta pedagógica das escolas de Tempo Integral deverá ser reformulada para refletir a concepção de desenvolvimento integral dos estudantes. Essa reestruturação, coordenada pela SME, iniciada em 2022, terá revisão trienal, com a participação dos representantes das escolas, deve assegurar: - Integração entre o currículo da Base Nacional Comum e as atividades diversificadas da jornada ampliada; - Valorização da identidade local e fortalecimento do pertencimento à comunidade; - Práticas pedagógicas interdisciplinares, inovadoras e conectadas com os territórios educativos; - Escuta ativa de estudantes, professores, famílias e comunidade no processo de construção curricular. Reorganização do tempo e dos espaços escolares A Educação em Tempo Integral exige a ressignificação dos tempos e espaços educativos. Para isso, a SME e as unidades escolares deverão implementar a partir de 2023, com revisão contínua: - Reconfigurar a rotina, horários e ambientes escolares, promovendo o uso pedagógico de espaços comunitários; - Garantir ambientes de aprendizagem integradores, acolhedores e promotores da autonomia dos estudantes. Elaboração de planos de trabalho pedagógico Para assegurar a intencionalidade e a articulação das aprendizagens, todas as turmas deverão dispor de planos de trabalho fundamentados em projetos pedagógicos e/ou sequências didáticas. Esses planos devem ser elaborados pelas equipes escolares com acompanhamento da SME: - Promover a integração dos conteúdos curriculares com os contextos reais dos estudantes; - Favorecer o desenvolvimento progressivo das aprendizagens; - Estimular práticas pedagógicas significativas, contextualizadas e interdisciplinares. A conselheira Mabiane solicita a conselheira Antônia de continuidade a leitura. Fomento às oficinas interdisciplinares e busca de parcerias A partir das vivências e dos estudos realizados no âmbito do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), bem como da expansão de novas turmas em tempo integral, o município buscará consolidar e ampliar a oferta de oficinas interdisciplinares que atendam as demandas locais, por meio de parcerias estratégicas - especialmente com Música coral/Banda Fanfarra, Horta Escolar, Teatro, Artesanatos, Danças e Esportes, Gamificação e Jogos Digitais. Essas oficinas são essenciais na proposta de formação integral dos estudantes, pois favorecem a expressão de múltiplas linguagens, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a valorização dos saberes e práticas culturais locais. Além disso, contribuem para a articulação entre os diferentes setores da gestão pública, fortalecendo a rede de proteção e promoção de direitos, e otimizando os recursos humanos e materiais já disponíveis no município. Então, com o objetivo de ampliar o repertório cultural, artístico e corporal dos estudantes da Educação em Tempo Integral, por meio da integração de saberes e da valorização de práticas formativas vinculadas ao território, a Secretaria Municipal de Educação promoverá a elaboração de projetos

interdisciplinares e a articulação de parcerias intersetoriais com outras secretarias e organizações da sociedade civil. Essas ações visam viabilizar e qualificar a oferta de oficinas nas escolas com jornada ampliada, de acordo com o mapa de interesses e valorização dos recursos do território. As parcerias poderão ser consolidadas com os seguintes setores e instituições: Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Institutos e Organizações da Sociedade Civil (ONGs) e Associações comunitárias, artistas locais e mestres da cultura popular. Avaliação das oficinas na educação em tempo integral A continuidade ou reformulação de uma oficina deve considerar a participação e interesse dos alunos, o engajamento nas atividades, frequência regular e entusiasmo nas interações. Sua relevância pedagógica com alinhamento aos objetivos da formação integral, os resultados qualitativos, o feedback da comunidade e a articulação com o currículo do território. Para a avaliação da continuidade pode se buscar estratégias como aplicação de instrumentos simples de escuta, análise coletiva com a equipe pedagógica da escola e a coordenação da Educação Integral, refletindo sobre os dados e a experiência prática e avaliação periódica com possibilidade de ajustes no planejamento. A partir dessas ações a escola poderá decidir manter a oficina com ou sem ajustes, reformular o conteúdo, metodologia ou carga horária ou substituir por outra oficina mais aderente aos objetivos da escola e aos interesses dos estudantes. Avaliação do processo de aprendizagem A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos nas oficinas da Educação em Tempo Integral deve ir além da simples mensuração de resultados. É fundamental que tenha caráter formativo e processual, com foco no acompanhamento contínuo e na valorização do percurso individual de cada estudante. Esse processo deve considerar o envolvimento integral dos alunos, observando seu engajamento, avanços, dificuldades, participação ativa, cooperação em grupo, curiosidade, iniciativa, criatividade, comprometimento com as propostas e superação de desafios pessoais e coletivos. 20 As oficinas pedagógicas devem ser planejadas com vistas à promoção de aprendizagens amplas e integradas, contemplando diferentes áreas do conhecimento e dimensões do desenvolvimento humano. Ao trabalhar um conteúdo ou temática específica, diversas outras habilidades são mobilizadas - como expressão oral, pensamento crítico, trabalho em equipe, autonomia e valorização dos saberes do território - contribuindo efetivamente para a formação integral dos estudantes. Os critérios de avaliação devem ser definidos com base nos objetivos específicos de cada oficina e sua abrangência como formação integral, e é essencial que a avaliação seja registrada de forma sistemática e compartilhada com os estudantes e suas famílias, promovendo uma cultura de co-responsabilidade pelo processo educativo. Isso pode ser feito por meio de fichas descritivas, relatórios trimestrais, apresentações públicas dos projetos e reuniões com a comunidade escolar. Avaliação do responsável pela oficina Quanto a

avaliação/autoavaliação do responsável pela oficina, o foco deve ser na qualidade da oferta educativa e no direito dos alunos ao desenvolvimento integral. Deve ser pautada por critérios de pontualidade, assiduidade e organização nas atividades, relacionamento com os alunos e a equipe escolar, planejamento coerente e execução didática, capacidade de avaliação e registro do processo de aprendizagem, postura ética, empática e colaborativa e comprometimento com a proposta da Educação Integral. Os procedimentos avaliativos podem ser de observação direta por parte da coordenação pedagógica, por reuniões de acompanhamento com devolutiva e escuta do responsável pela oficina, avaliação dos alunos (quando possível) sobre o trabalho desenvolvido e registro sistemático dos resultados da oficina. Mediante a essas ações os envolvidos deverão ser assistidos por formação continuada e acompanhamento mais próximo, em caso de necessidade de desenvolvimento, remanejamento para outro tipo de oficina, conforme perfil e habilidades ou até mesmo substituição, quando constatado, de forma justificada, que o profissional em questão não atende aos critérios mínimos estabelecidos. ORGANIZAÇÃO, ALOCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A efetivação da Educação em Tempo Integral requer uma atenção especial à organização do trabalho docente e à valorização dos profissionais da educação. Para garantir a qualidade das ações pedagógicas e o desenvolvimento integral dos estudantes, é necessário planejar de forma criteriosa a alocação dos educadores, assegurando o provimento de profissionais qualificados, em número suficiente com jornadas compatíveis com as demandas da escola. De acordo com as demandas das escolas, apresentadas pelo setor pedagógico para o setor administrativo e financeiro da secretaria de educação, que se incumbirão de compor equipes multidisciplinares, incluindo professores, oficineiros, técnicos pedagógicos e outros profissionais se necessários, respeitando a formação e o perfil profissional de cada um, além de promover a integração entre os diferentes agentes educativos. A valorização dos profissionais passa pelo reconhecimento de suas especificidades, com oferta de formação continuada específica, condições adequadas de trabalho, planejamento coletivo e apoio institucional. A ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola deve ser acompanhada pela ampliação do tempo de estudo, planejamento e reflexão do educador sobre sua prática. 21 Promover a valorização significa também investir na carreira, na escuta ativa, na participação dos profissionais nos processos decisórios e no fortalecimento da sua identidade como protagonistas da construção de uma educação pública de qualidade. De acordo com o diagnóstico da rede, uma grande necessidade atual está relacionada à formação específica para os profissionais das escolas ETI. Nesse sentido, a organização da proposta de grade de formação continuada elaborada democraticamente de acordo com a demanda das escolas busca responder a esses princípios, promovendo o desenvolvimento profissional alinhado aos desafios e às potencialidades da Educação em Tempo Integral, as quais serão oferecidas em três agrupamentos: 1.Formação para toda a rede de

ensino com contratação de especialistas para atendimento às demandas solicitadas No primeiro e segundo ano de implementação com uso dos recursos do Programa ETI 2.Formação por afinidade territorial, aplicadas nas unidades escolares, ministradas pelo coordenador municipal e/ou especialistas convidados Semestralmente com agenda prevista no calendário da SME 3.Formação em serviço, de acordo com as demandas internas das turmas, sob responsabilidade do coordenador pedagógico e equipe escolar Com planejamento contínuo no cotidiano escolar GRADE DE FORMAÇÃO - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EIXO TEMÁTICO TEMAS OBJETIVOS CH PÚBLICO ALVO 1. Gestão Escolar e Território Educativo - Papel do gestor na escola de tempo integral - Gestão democrática e participativa - Parcerias intersetoriais e mapeamento do território Refletir sobre o papel do gestor na escola de tempo integral, compreendendo a importância da gestão democrática e participativa na construção de uma cultura institucional colaborativa, bem como o papel das parcerias intersetoriais e do mapeamento do território como estratégias para o fortalecimento do projeto pedagógico, da equidade e do vínculo entre escola, comunidade e demais políticas públicas. 8h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar 22 2. Fundamentos da Educação Integral em tempo Integral - Conceitos e princípios da Educação Integral - Histórico e legislação (PNETI, BNCC, Programa ETI, Diretrizes Municipais) - Educação Integral como direito e projeto de sociedade -Reflexões sobre Educação Integral e Educação em tempo Integral Refletir sobre Educação Integral como formação humana em todas as suas dimensões (intelectual, emocional, física, social, cultural, ética e estética). Diferenciar Educação Integral de Educação em Tempo Integral Conhecer marcos legais e políticos da Educação Integral em Tempo Integral 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar Professores 3. Gestão Pedagógica e Currículo - Organização curricular na escola de tempo integral - Interdisciplinaridade, projetos integradores e áreas do conhecimento. - Planejamento do cotidiano pedagógico. Compreender a organização do currículo em tempo integral. Educação Integral e Território Organização de projetos de forma integrada. Diálogo do currículo com o projeto político-pedagógico da escola. 8h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar 4. Educação Integral na Perspectiva da Inclusão e Diversidade - Equidade e valorização da diversidade - Relações étnico-raciais, de gênero e inclusão de alunos com deficiência e transtornos - Cultura de paz e mediação de conflitos Discutir práticas inclusivas. Planejar ações que promovam a equidade. 8h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar Professores de AEE? 5. Práticas Pedagógicas com Foco Socioemocional Estratégias em sala de aula: rodas de conversa, escuta ativa, contação de histórias, dinâmicas, diários emocionais, jogos cooperativos. Refletir sobre casos e planejar atividades que favoreçam o desenvolvimento emocional dos alunos no cotidiano escolar. 6. Escola e Território: Saberes e Experiências do Lugar Estratégias de mapeamento do território, escuta comunitária, educação contextualizada. Reconhecer o território como espaço

educativo e integrar saberes locais ao currículo escolar. 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 7. Práticas Inovadoras e Metodologias Ativas Aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, rotação por estações, oficinas. Explorar metodologias que promovam o protagonismo estudantil e o desenvolvimento integral. 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 8. Projetos Pedagógicos e Sequências Didáticas Planejamento de sequências didáticas e projetos pedagógicos alinhados à Educação Integral observando suas diferenças Planejar práticas integradas e contextualizadas para o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 9. Oficinas temáticas Planejamento e organização de oficinas temáticas Planejar oficinas temáticas (arte, esporte, meio ambiente, cultura digital, corpo e movimento, leitura, jogos etc.) com intencionalidade pedagógica. 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 23 10. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem - Avaliação formativa e contínua com foco nas práticas das atividades de horário Integral - Autoavaliação, frequência, participação, registros, portfólios, diário de bordo e devolutivas. - Indicadores de acompanhamento e recomposição de aprendizagens. Reconhecer a avaliação como processo formativo. Sistematizar e Monitorar resultados na jornada ampliada. 4h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 11. Formação continuada em rede - Comunidades de aprendizagem e formação em serviço - Práticas reflexivas e autoavaliação docente - Acompanhamento por tutoria e grupos de estudos - Relatos de Experiências Promover formação continuada colaborativa. Criar estratégias de desenvolvimento profissional. Elaborar Plano de formação continuada com calendário e temas. 8h Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores 12. "Financiamento da Educação Integral em Tempo Integral" Fontes de financiamento da Educação Básica/ Gestão financeira /Planejamento orçamentário da rede municipal para expansão da jornada de tempo integral/ Monitoramento e prestação de contas dos recursos/ Debate orientado: planejamento financeiro e sustentabilidade da Educação Integral no município Compreender os mecanismos de financiamento da Educação Integral em Tempo Integral, reconhecendo as fontes de recursos disponíveis, os critérios legais e normativos, e as estratégias de planejamento orçamentário para garantir a sustentabilidade e a expansão dessa política no município. 4h Secretário de Educação/ técnicos da SME/ Membros de Comitês e do CME Metodologia: - Aulas expositivas dialogadas; - Oficinas práticas e colaborativas; - Estudos de caso e vivências; - Grupos de trabalho temáticos; - Tutorias pedagógicas e rodas de conversa; - Elaboração de planos de ação ou projetos integradores GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A gestão dos recursos financeiros da Educação em Tempo Integral é orientada pelos princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos. A execução das ações nas unidades escolares é viabilizada por diversas fontes de financiamento, cada uma com finalidades

específicas. Para garantir o alcance dos objetivos educacionais propostos, é essencial o planejamento e o acompanhamento rigoroso da aplicação desses recursos. 24 As principais fontes de financiamento incluem: - Royalties do Petróleo para a Educação: destinados à melhoria da infraestrutura escolar, à formação continuada de professores, à aquisição de materiais didáticos, entre outras ações estruturantes. - Salário-Educação: contribuição social voltada ao financiamento de programas, projetos e ações para a universalização do ensino fundamental e a melhoria da qualidade da educação básica. - Recursos do Governo Federal, destinados a garantir a alimentação e o transporte escolar, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes na escola: a) PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar b) PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Recursos oriundos de Emendas Parlamentares: valores voltados ao fortalecimento de ações específicas nas unidades escolares, complementando as demais fontes de financiamento. - Recursos do Programa ETI: repasses próprios da iniciativa, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, tecnológicas e de apoio às escolas participantes. A alocação e a utilização desses recursos são acompanhadas por mecanismos de controle interno e externo, visando garantir a correta destinação dos valores, a efetividade das ações e a devida prestação de contas à sociedade. Todas as etapas da execução financeira obedecem às normas legais vigentes e aos parâmetros estabelecidos pelos órgãos de controle, assegurando que os investimentos contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública. No contexto da execução do Programa ETI, destaca-se a definição do valor per capita por aluno do ensino integral, calculado com base no número de estudantes atendidos e no tempo de permanência na escola. Esse valor anual contempla despesas com alimentação, materiais didáticos, atividades pedagógicas e culturais, contratação de profissionais, manutenção da infraestrutura e demais insumos indispensáveis à implementação do plano de trabalho das escolas. Materiais didáticos e pedagógicos A rede municipal de ensino realiza a distribuição regular de materiais comuns a todas as escolas, considerando o número de alunos e as necessidades específicas de cada unidade. Entre os itens fornecidos, incluem-se materiais didáticos e pedagógicos, produtos de higiene pessoal e uniformes escolares. No entanto, para o desenvolvimento das oficinas pedagógicas, ainda não há encaminhamento padronizado de materiais por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME). Atualmente, as oficinas são atendidas com base nas planilhas de materiais elaboradas pelas próprias escolas. A partir de 2024, essas demandas serão incorporadas de forma mais sistemática, com base na organização das matrizes curriculares, nos projetos pedagógicos, no planejamento das oficinas e nas parcerias institucionais. 25 Materiais de limpeza e higiene pessoal As escolas recebem regularmente materiais de limpeza e de higiene pessoal, fundamentais para a manutenção do ambiente escolar e o bem-estar da comunidade escolar. A distribuição ocorre de forma contínua, conforme a demanda de cada unidade, garantindo ambientes limpos, seguros e adequados para o desenvolvimento

das atividades pedagógicas. Alimentação escolar A alimentação escolar é um componente essencial da Educação Integral, contribuindo para o desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes. Com a ampliação da jornada escolar, torna-se fundamental o fornecimento de refeições equilibradas, capazes de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola. Além de promover hábitos alimentares saudáveis, a alimentação escolar fortalece os vínculos com a comunidade por meio da valorização da agricultura familiar e da produção local. Os recursos do PNAE garantem a aquisição de gêneros alimentícios de qualidade, incluindo produtos da Agricultura Familiar, organizados em cardápios elaborados com a orientação de nutricionistas. Assim, a merenda escolar vai além de uma refeição, constituindo-se como uma estratégia educativa que articula saúde, cultura alimentar e aprendizagem. Os cardápios são elaborados de acordo com as normas e diretrizes do PNAE e FNDE - RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O Cardápio oferece: - Tempo integral de 7h - três refeições/dia: desjejum, almoço e lanche. - Tempo integral de 8h – quatro refeições/dia: desjejum, almoço, lanche e jantar. Transporte escolar O transporte escolar no município atende à diversidade geográfica da região, sendo composto por ônibus, micro-ônibus, vans e embarcações. Das escolas que ofertam Ensino em Tempo Integral, nove estão localizadas no continente e contam com transporte terrestre regular, enquanto três escolas são situadas nas ilhas e são atendidas por transporte fluvial (barcos). Essa estrutura visa garantir o acesso e a permanência dos estudantes. O serviço público municipal de transporte escolar compreende o deslocamento diário de ida e volta dos alunos até a unidade escolar mais próxima de sua residência, respeitando a distância mínima de 2.000 metros (2 km). Esse serviço é destinado exclusivamente aos estudantes a partir de 4 anos de idade que estejam regularmente matriculados nas unidades escolares públicas municipais que ofertam a Educação Infantil – etapa Pré-Escola – e o Ensino Fundamental. A oferta e a organização do transporte escolar estão regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4.613, de 25 de novembro de 2021, que disciplina o serviço público municipal de transporte escolar para alunos da Educação Básica no Município de Mangaratiba, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.318, de 20 de outubro de 2020. 26 Formação docente para toda a rede de ensino Com o objetivo de qualificar a prática pedagógica e promover avanços na aprendizagem dos estudantes de todas as escolas da rede pública, o município investe em formação continuada com equipe própria, atendendo principalmente aos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Congresso Brincar, voltado à valorização do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, acontece pela primeira vez no município, em 2023. Para os anos de 2024 e 2025, será ofertado o Curso SAEB DIGITAL, voltado aos professores do 4º e 5º anos do Ensino

Fundamental – Anos Iniciais, e aos docentes de Língua Portuguesa e Matemática dos Anos Finais. O curso tem como objetivo fortalecer as práticas pedagógicas e contribuir para o alcance das metas educacionais da rede de ensino. Para os profissionais ETI, será implementado uma grade de formação conforme citado neste documento. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral (ETI) são processos essenciais para garantir sua efetividade, assegurando uma gestão democrática, transparente e orientada por evidências. Essa atuação deve ser contínua, participativa e articulada às práticas escolares e à gestão educacional, promovendo o aprimoramento das ações e o alcance dos objetivos propostos. - Governança da Política Para assegurar a articulação entre as unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e demais parceiros, será indicado um Coordenador Municipal de Educação em Tempo Integral, que atuará como referência técnica e pedagógica da política. Esse profissional apoiará as escolas no planejamento, execução e avaliação das ações da jornada ampliada. Além disso, será instituído o Comitê Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Educação em Tempo Integral, com representação da SME, gestores escolares, professores, técnicos pedagógicos, famílias e sociedade civil. As atribuições do comitê incluem: - Acompanhar a execução da política; - Analisar os relatórios e dados de monitoramento; - Propor ajustes e encaminhamentos para a qualificação da ETI. - Indicadores e Relatórios de Monitoramento A política será acompanhada por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, alinhados aos objetivos e diretrizes da Educação Integral. Esses indicadores subsidiarão relatórios periódicos e revisões das metas da política. Entre os principais indicadores, destacam-se: - Percentual de matrículas em tempo integral (anualmente); - Frequência e participação dos estudantes nas atividades; 27 - Diversidade e abrangência das oficinas ofertadas; - Engajamento da comunidade escolar; - Condições de infraestrutura e espaços pedagógicos; - Formação e valorização dos profissionais envolvidos; - Resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral dos alunos. As informações serão sistematizadas por meio de uma Ficha de Acompanhamento e Monitoramento, contendo: - Identificação da unidade escolar; - Responsável pelas informações; - Período de referência e data de preenchimento. - O relatório deverá apresentar: a) Informações Quantitativas - Número de turmas em tempo integral; - Número de estudantes atendidos; - Quantidade de oficinas ofertadas; - Frequência média dos alunos (%); - Carga horária semanal da jornada ampliada; - Número de profissionais envolvidos; - Meta prevista e resultado atual de cada indicador; - Observações pertinentes. b) Informações Qualitativas - Avanços observados: progressos pedagógicos, administrativos ou estruturais; - Desafios enfrentados: dificuldades na implementação da jornada ampliada; - Boas práticas: experiências exitosas replicáveis em outras unidades. c) Análise e Recomendações - Grau de relevância das ações (muito relevante,

parcialmente relevante, pouco relevante, não se aplica); - Avaliação do cumprimento das metas (integralmente, parcialmente ou não cumpridas); - Propostas de ajustes nas estratégias e metas. d) Subsídios para Decisões Administrativas e Pedagógicas - Sugestões de formação para professores; - Necessidades de infraestrutura; - Propostas de parcerias intersetoriais e com a comunidade; - Outros apontamentos relevantes. O relatório deverá ser assinado pelo responsável do preenchimento e conter a identificação do cargo ou função exercida, garantindo a autenticidade e o compromisso institucional com a gestão da política. 28 DISPOSIÇÕES FINAIS Este documento visa cumprir os compromissos do município com o Programa ETI institucionalizando a Política Pública de Educação Integral por meio de ato normativo, garantindo recursos orçamentários e humanos para a sua execução, assegurando condições de trabalho para os profissionais envolvidos e fomentando a participação social e o controle democrático das ações. Por fim, esta POLÍTICA deverá ser monitorada anualmente e revista e atualizada bienalmente, com base nas avaliações realizadas, nos avanços conquistados e nos desafios identificados ao longo da implementação. Essa revisão periódica garantirá a coerência entre os princípios da Educação Integral, as necessidades da comunidade escolar e as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação. A presidente coloca em votação e o colegiado aprova por unanimidade nomeando como relatora do parecer a Conselheira Ariane. **Leitura da ata do dia 18/06:** A presidente faz a leitura da ata, em seguida as conselheiras Lidiane, Ariane e Antônia solicitam a fala, Conselheira Lidiane e Ariane não aprovam a ata, pois entendem que deveria constar que o erro na contagem foi observado após o encerramento oficial da reunião pela presidente, embora a secretária ainda estivesse redigindo a mesma, conselheira Antônia afirma ter votado equivocadamente, pois no momento da votação não havia entendido, percebendo seu equivoco nesta reunião, ressalta que a mudança de horário e a agilidade em realizar a reunião e discussões dos temas estão dificultando a realização das atividades, enfatizando a importância de que todos procurem se organizar pra resolver as matérias dentro tempo necessário para os debates, em seguida a conselheira Ariane apresenta material de estudo realizado junto a conselheira Lidiane que invoca o Art. 50 do Regimento Interno: A modificação ou complementação deste Regimento, só pode ocorrer por força de legislação posterior ou por proposta de 1/3 (um terço) dos Conselheiros, dependendo sua aprovação da concordância de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros (8 conselheiros). Diante do exposto, torna sem efeito todas as decisões anteriores, sendo assim a presidente coloca a matéria para votação na próxima reunião ordinária. Não havendo mais nada a tratar, a presidente declarou encerrada a reunião às 15h58min.

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA	
LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
ANTÔNIALUCIANA DOS S. VIDAL	
ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA	
MABIANE RODRIGUES O. DA SILVA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA

Aos dezoito dias do mês junho de 2025 às 16h iniciou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO,CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS,LICILA DANTAS SALES DA FONSECA,RACHEL MARTINS BARRAL, CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS,ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA, MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, JULIANA FERRE SULIANO, ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL e VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO.**A presidente inicia a reunião.A pauta foi: **Leitura da ata do dia 04/06:** Aprovada.A conselheira **ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA E LAÍS CAMARA DA ROCHA** chegaram às 16h 06 min. **Denúncia E. M. Jurandir dos Santos Fernandes:** Denúncia encaminhada por membros do Conselho Escolar da escola supracitada, que apontam falta de informações na prestação de contas por parte da direção escolar, além de não agir de forma democrática desacatando as solicitações dos demais conselheiros. Diante dos fatos o colegiado delibera por encaminhar ofício ao gabinete do Secretário Municipal de Educação solicitando as medidas cabíveis e resposta no prazo de 15 (quinze) dias. **Regimento Interno do CME (continuação):** Artigo 4°, 3° Parágrafo: A conselheira Mabiane apresenta estudo quanto ao período de mandato dos conselheiros, fazendo a leitura da Cartilha com orientações do Ministério da Educação para criação de Conselho e Sistema (https://portal.mec.gov.br), do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro (smecme@pcrj.rj.gov.br), onde ambos apresentam o mandato por 02(dois) anos, permitida a recondução por igual período, e do Município de Arroio do Meio-RS (cmearroiodomeiors@gmail.com), este apresenta uma composição de período por 06(seis) anos, com renovação de um terço do colegiado a cada biênio. A conselheira Cristiane também realizou o estudo sobre Recondução, citando o Regimento Interno do município de Paulo de Frontin, Paraná (https://paulofrontin.pr.gov.br) Art. 5° - O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá a duração de 02(dois) anos permitida uma recondução por igual período. E do Regimento Interno de São João Batista, Santa Catarina (https: //sjbatista.sc.gov.br) Art. 5 - O mandato dos conselheiros será de 03 (três) anos, sendo permitida uma recondução. conselheira Ariane manifestou seu entendimento de que o período de dois anos para o mandato dos conselheiros não é suficiente para a execução adequada das atribuições no colegiado. Ressaltou que, caso haja a alteração

do mandato atualmente fixado em quatro anos, o período de três anos seria mais apropriado, por permitir maior continuidade dos trabalhos sem coincidir integralmente com o ciclo da gestão do Poder Executivo. Entretanto, ponderou que, caso a mudança entre em vigor a partir de 2026, o encerramento do mandato dos conselheiros passaria a ocorrer no mesmo ano do término do mandato do chefe do Executivo municipal (2029), o que resultaria na renovação total do Conselho em um único momento. Tal cenário, segundo a conselheira, pode comprometer a coerência, a memória institucional e a continuidade das ações desenvolvidas pelo colegiado, uma vez que não haveria sobreposição entre mandatos para garantir a transição gradual e o equilíbrio das representações.Diante disso, sugeriu que para o próximo mandato, seja mantido o período de quatro anos, com término em 2029. A partir de então, os mandatos passem a ter duração de três anos, com possibilidade de uma recondução por igual período, garantindo assim alternância com estabilidade e maior funcionalidade ao colegiado. O colegiado debate o tema "período de mandato" de 04 anos, podendo ser reconduzido por 04 (quatro) anos, a presidente coloca em votação, as conselheiras Juliana, Licila, Mabiane, Eliane, Vera e Antônia votam contra por entender que o período é muito extenso, a presidente então vota para desempate, deliberando que seja feito troca do período. A pauta é encaminhada para próxima reunião ordinária. A presidente colocou a proposta em votação. Após a apuração dos votos, verificou-se que 5 conselheiros foram favoráveis à mudança do mandato de 4 anos, sem definição do novo período, e 7 conselheiros votaram contra a alteração do mandato atual. Em seguida, a presidente passou à análise do artigo seguinte. As conselheiras Mabiane e Licila solicitaram que seus votos constassem expressamente em ata. Não havendo mais nada a tratar, a presidente declarou encerrada a reunião às 16h55min. As conselheiras Ariane e Lidiane se retiraram do local. Ao terminar de transcrever a ata por volta de 17h5 min. a secretária executiva fez a leitura dos votos para confirmar os nomes, quando se observou que a contagem anterior estava equivocada e que havia um empate 6 (seis) votos a favor da troca do período, das conselheiras: Mabiane , Licila, Vera, Eliane, Antônia e Juliana e 6 (seis) contra a mudança, ficando empatada a votação, ficando a cargo da presidente o desempate de acordo com entendimento dos conselheiros presentes. A presidente ressalta que o colegiado já sabia seu voto e que deixaria a pauta para próxima reunião ordinária. Os conselheiros se retiraram da Sala de apoio às 17h15min..

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA	
LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
ANTÔNIALUCIANA DOS S. VIDAL	
ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA	
MABIANE RODRIGUES O. DA SILVA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CPLN

ATA

Aos onze dias do mês de junho de 2025 às 16h 10min., iniciou a reunião ordinária da CPLN- Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LICILA DANTAS SALES DA FONSECA, ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA, MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO E LAIS CÂMARA DA ROCHA.** A presidente inicia a reunião com a seguinte Pauta: **Deliberação de Autorização de funcionamento de Escola Pública (continuação):** O colegiado fez a leitura da minuta elaborada pela conselheira Licila, em seguida a conselheira solicitou que outro conselheiro assumisse a elaboração da deliberação, pois, esta encontrando dificuldades na criação do conteúdo devido ao pouco tempo disponível para se dedicar, a Conselheira Vera se coloca a disposição e fica responsável por da continuidade.Não tendo mais nada a tratar a presidente deu por encerrada a reunião às 16h55min.

Responsável pela ata

Anne Dumas Barros Braga

Secretária Executiva

Licila Dantas Sales da Fonseca	
Juliana Ferre Suliano	
Mabiane Rodrigues O. da Silva	
Ariane Rossane de Oliveira	
Laís Câmara da Rocha	

ATA

Aos nove dias do mês de junho de 2025 às 16h12min., iniciou a reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO, ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA, ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL, CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS, RACHEL MARTINS BARRAL E CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS.** A presidente inicia a reunião. A pauta foi: **Leitura da ata do dia 30/05/2025:** Aprovada. Resolução CNE/CEB°03 de 08 de abril de 2015: A conselheira Lidiane inicia a explanação comparativa entre a Resolução supracitada e a Deliberação CME n° 02 de 13 de agosto de 2024, **Resolução CNE/CEB n°01/2021:** Flexibilidade Curricular: enfatizou a importância da flexibilização às necessidades específicas dos estudantes da EJA, incorporando temas transversais e contextos locais; Modalidade de Ensino: preocupação em integrar diferentes modalidades de ensino como presencial, semipresencial e a distância, para ampliação do acesso; Enfoque na inclusão:promovia a inclusão de grupos excluídos, garantindo acesso à educação de qualidade para todos; **Resolução CNE/CEB nº 03/2025:** Aprimoramento tecnológico: intensificou o uso de tecnologia digitais no ensino, Atualização de Diretrizes: atualização das diretrizes curriculares para alinhar-se com as novas demandas do mercado de trabalho e do século XXI; Reforço da Avaliação Continuada: reforço nos mecanismos de avaliação contínua e formativa para melhor acompanhar o progresso dos alunos; **O que permanece:** Inclusão e diversidade:continuam como pilar central, Flexibilidade Curricular:dado o seu caráter essencial para a adequação às realidades dos estudantes, permanece a necessidade de adaptação do currículo EJA; **O que muda**: Integração Tecnológica: enfatiza ainda mais a integração de tecnologias educacionais e métodos de ensino moderno; **Atualização de Competências:** inclusão de competências mais voltadas para o futuro,como habilidades digitais e pensamentos críticos. A presidente inicia a leitura da Resolução: Os conselheiros debatem sobre a nomenclatura EJAI, tendo em vista que o CNE embora tenha incluído idosos ao texto permaneceram utilizando o termo EJA, os conselheiros deliberam por seguir o CNE; Art 2° parágrafo 2° Acrescentar de acordo com a especificidade de cada território com base em pesquisas de campo realizadas pela SME. .Não tendo mais nada a tratar a presidente deu por encerrada a reunião às 17h9min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL	

ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	Carla Meire R. de Campos
CRISTIANE DOS S. PEREIRA DE FREITAS	
RACHEL MARTINS BARRAL	

ATA

Aos cinco dias do mês de junho de 2025 às 9h 20min., iniciou a reunião extraordinária da CPLN- Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LICILA DANTAS SALES DA FONSECA, ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA, JULIANA FERRE SULIANO, MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO E LAIS CÂMARA DA ROCHA.** A presidente inicia a reunião com a seguinte Pauta: **Leitura da Ata do dia 14/05/2025:** Aprovada, **Deliberação de Autorização de funcionamento de Escola Pública (continuação):** Criar Capitulo II /Ensino Fundamental I e II: **Art. 8º** A oferta do ensino fundamental é obrigatória no sistema municipal de Ensino com matricula para todas as crianças que tiverem 06 anos de idade completos até 31 de março do ano da matricula. **Art. 9º** Na rede municipal de educação de Mangaratiba anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, terão como norteadores das politicas educativas e das ações pedagogicas os seguintes princípios Eticos, Politicos e Estéticos.Não tendo mais nada a tratar a presidente deu por encerrada a reunião às 17h5min.

Responsável pela ata

Anne Dumas Barros Braga

Secretária Executiva

Licila Dantas Sales da Fonseca	
Juliana Ferre Suliano	
Mabiane Rodrigues O. da Silva	

Ariane Rossane de Oliveira	
Laís Câmara da Rocha	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA

Aos quatro dias do mês junho de 2025 às 9h 10 min., iniciou a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO, CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS, LICILA DANTAS SALES DA FONSECA, RACHEL MARTINS BARRAL, CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS, ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA, MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, JULIANA FERRE SULIANO, ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA, ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL, VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO E LAÍS CAMARA DA ROCHA.** A presidente inicia a reunião. A pauta foi: **Leitura da ata do dia 28/05/2025:** Aprovada. A conselheira Mabiane solicita a fala e informa que esta como membro da Comissão de Estudo e Reestruturação das Normativas da SME representando o CME para elaboração de normas para processo de escolha do diretor. A conselheira Eliane Maia se retira da reunião as 10h 5 min. **Regimento Interno:** Trocar a nomenclatura da Secretaria em todo texto. **Fala da Presidente:** A presidente solicitou vista do processo de pagamento da UNCME para analise das medidas cabíveis para pagamento, em seguida sugere a troca do horário das reuniões ordinárias e extraordinárias para o horário de 16h sendo aprovado por 7 votos, 1 voto contra e 3 abstenções. Não tendo mais nada a tratar a presidente deu por encerrada a reunião às 10h55min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA	

LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
ANTÔNIALUCIANA DOS S. VIDAL	
ELIANE MAIA MIRANDA MOREIRA	
MABIANE RODRIGUES O. DA SILVA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	